

## V a r i a

### Os TAPORI de Plínio. Subsídio para a sua localização

Nos primeiros tempos do Principado de Augusto, a parte montanhosa da Lusitânia, ao norte do Tejo havia pouco que tinha acabado de ser pacificada. A última guerrilha dos Beirões fôra jugulada por Quinto Casio Longino no ano 48 a. C., quando derrotou os Meidubrigenses (Mada) nas encostas da Serra da Estrela (1).

No entanto a guerra contra os Cantabros, Astures e Callaecos permitem supor uma forte ocupação militar de forma a assegurar movimentos fáceis quer ao material tático, quer dos contingentes legionários. Implicitamente devia operar-se o enquadramento da população civil, na ética romana, subordinando-a a novas normas jurídico-administrativas sem de todo terminar com o seu direito consuetudinário.

Foram impostas soluções julgadas, pelos senhores de Roma, como mais adequadas para a resolução do problema agrário e social pertinente a estas populações e cujo modo de vida de alguns elementos, não permitia a exploração pacífica do terreno, áspero e rude, quanto rico e produtivo.

Com o manar da administração romana pelas terras da Beira assistiremos ao fomento da agricultura e da mineração, da exploração da terra e da urbanização em detrimento da organização indígena de forma a permitir o elevamento do nível de vida destas populações.

As populações consideradas como em *deditio*, entre nós, as mais numerosas, foram quase sempre consideradas como estipendiárias. Tal situação reconhecia-lhes: a conservação do seu direito, da sua organização administrativa, judicial e territorial e possivelmente a propriedade das suas terras. Assim, a liberdade pessoal era garantida dos seus componentes que, igualmente viam reconhecido o direito à propriedade privada. No entanto, era-lhes imposta uma contribuição —*VECTIGAL*—, na maior parte dos casos em espécie, ou então sob a forma de *tributum* ou *stipendium*, que tinha de ser pago

---

(1) De Bello Alexandrino, 48, 1, 2.

proporcionalmente por todos os habitantes, para o que se criava uma alfândega onde se pagava a portagem. Na região Beiroa, entre o Tejo e o Douro, jugo que tais alfândegas devem ser procuradas nos topónimos *viaigal*, e seus derivados que sempre encontramos junto das vias romanas.

Com a urbanização do território as populações sentiam-se atraídas para as formas da vida civilizada concomitantes da organização citadina.

Não podendo criar um número ilimitado de cidadãos romanos, originavam, desta feita, um número sempre crescente de cidadãos. Tal evolução era um dos propósitos dos Imperadores, consciente e altamente interessados em fomentar a organização urbana, imprimindo-lhe um cunho oficial, ampliando por esta forma o fundamento do seu poder. Estas medidas, generalizadas no tempo de Augusto, lograram um rápido progresso na gestão de Claudio; para se ampliarem grandemente nos governos de Vespaziano e Trajano.

Os grandes trabalhos públicos inicialmente efectivados pelo poder Imperial, foram depois nos tempos de Trajano muitos deles efectuados com a colaboração ou à custa exclusiva dos Municípios.

Desta colaboração são exemplos a ponte de *Aquae Flaviae Iuliae*: ... AQUIFLAVIENSES / PONTEM LAPIDEVM / DE SVO F. C. (2), e a ponte de Alcântara: ..... MUNICIPIA . PROVINCIAE / LUSITANIAE . STIPE CONLATA / QUAE OPVS . PONTIS PERFECERVNT / ...

É esta ponte obra de Caio Julio Lacer e a sua construção foi paga pela fazenda de onze Municípios que à sua custa terminaram a obra da Ponte. Servia a via *Bracara-Emeritam* por *Lamaeco e Veseo* (3) e também o ramal que pela vertente ocidental dos *Mons Aeminius* servia Bobadela e *Conimbriga*.

Dos termos textuais da epigrafe fácil é verificar que a obra fôra antes originada pela vontade das populações colaborantes que igualmente construíram uma via ligando o vale do *Durius* ao do *Tagus*, seguindo o vale do Coa, e do Torto, facilitando as comunicações entre *Aquae Flaviae* e *Emerita* pela *Civitas Aravororum*.

Não vou agora estudar este aspecto da romanização do território de entre Coa e Agueda, que é desenvolvido noutro lugar, mas antes falar duma das populações que Plínio (4) cita como *stipendiarii*.

Plinius (5) ao enumerar as *civitates stipendiarii* da lista de Agripa e Augusto refere os TAPORI.

Destas populações vamos a falar baseados nuns tantos textos epigráficos que a elas se referem.

Entre as alvenarias removidas das ruínas que há pouco foram descobertas próximo da *Guarda*, mais precisamente na *Póvoa do Mileu* e que pertencem

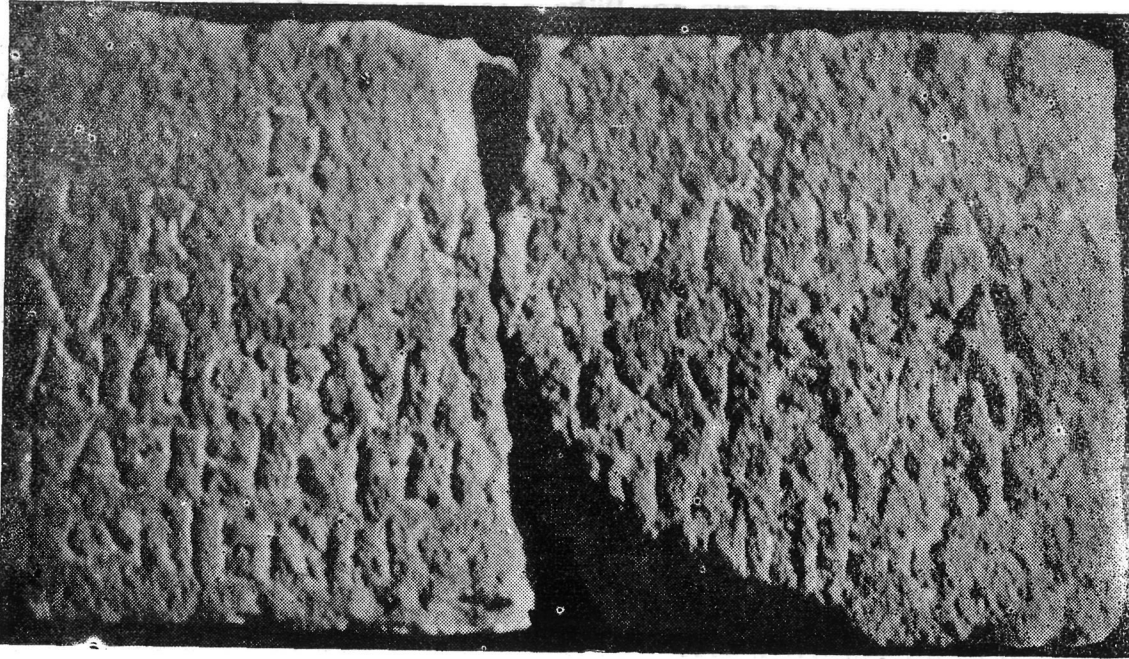
(2) C. I. L. II, 2478.

(3) Ver mais detalhes no meu ensaio em publicação: "A Romanização da Beira", Viseu, 1952.

(4) N. H. IV. 118.

(5) N. H. IV. 118.

a um grande edificio de planta basilical —bem pode ser o templo cristão consagrado a Santa Maria de que nos fala o Santuário Mariano— encontrou-se uma lápide epigrafada e já fracturada em dois pedaços de fácil leitura.



O texto distribui-se por seis linhas

D M S  
FRONTONI — LA  
VRI . F . TAPORO . A  
NNORVM LXV . OVIN  
TA . TEISI . LIB /// TA . NO//I  
ORIENTIS IF . C

que julgo interpretar como dizendo:

D(iis) M(anibus) S(acrum).

FRONTONI : LAVRI . F(ili) . TAPORO . ANNORVM LXV . OVINTA TEISI  
LIBERTA . NOVAL(is) ORIENTIS I(ussit- F(aciendvm) C(uravit)).

Consagrado aos Deuses Manes. Ao Frontão, Taporo, filho de LAURO, de sesenta y cinco anos de idade, OVINTA, liberta de TELSO, mandou construir (este monumento) no campo oriental.

Ao epitáfio deste Taporo, juntemos aquele outro encontrado no adro da matriz parroquial de San Martin del Castanhar, na estrada de Ciudad Rodrigo a Bejar (6).

BOLOSEA / BREVI . F . VIX / AN . LXX . H . S . E / S . T . T . L . /  
REBVRVS TAPORI . F . CE / NTVRIO / MATRI.

que pode ter a tradução seguinte:

(6) P. CESAR MORAN, "Reseña Histórico-Artística de la Provincia de Salamanca", "Acta Salmanticensia", Filosofía y Letras, II, n.º 1, pág. 36, Salamanca, 1946.

Bolosea, filha de Brevio, de setenta anos de idade. Aqui jaz. A terra te seja leve. A sua mãe (dedica este monumento) o Centurião Reburro, dos Taporí.

Na Capinha, perto do Fundão encontrou-se uma outra epigrafe que nos memora outro *Taporí* (7) e que por Hübner foi interpretada como informando:

H.S.E.S.T.T.L. / MAEILO CAMALI f(ilius) T(aporus) (?) d(e) V(ico) TALA-  
BARA / FACTUM CURAVIT PROGELA MAEILONI f(ilia) / et DUTAVS ARA  
TONI f(ilius).

Podemos desta epigrafe inferir que o *TALABARUM VICUM* citado Ptolemaios-*λανάρα*(8) e que ficava pelas coordenadas propostas nas proximidades do Tejo pertencia aos *Taporí* e deve situar-se nas imediações da Capinha, em qualquer contraforte leste da Serra da Gardunha.

Em Mérida foram recolhidas tres epígrafes que registam outros tantos *Taporí* (9).

- a) D.M.S.L. IVLIO LONGINO / QVIR . TAPORO / ANN . XXV / L . IVLIVS  
AVITVS / FILIO PISSIMO.
- b) LVPVS / ALBIN . F / TAPOR / VS . AN . L / H.S.E.S.T.T.L.
- c) D M S / MARCORVFINO ALBINO / TAPORO ANN . XXV / FLAVIA FLA-  
VINA / MATER EI FLORIA SEVERA / VXOR / F . C .

Ainda ao longo da via *Emerita-Bracaram* encontramos o epitáfio de um outro *Taporí* (10) em Viseu (11).

MAELO . BO / VTI . F . TAP / ANNO . LX . H / S.E.S.T.T. LEVIS / FILI.F.C.

Existiu uma outra epigrafe (12) citada por Do Campo, como encontrada em IULIAE (será Bobadela) na Lusitania: MRCIA SM / RIC.ET.AV.LX / H.S.  
E.S.T.T.L. / ALBINVS / ET..... / S.FLAVS.FL / A.CO FILI / MATRI.F.C. /  
ALBINVS / TAPORO L / ISANGLIN / SIS.P.M.F.C.

Ao que parece é injustificável a correcção proposta por Hübner de *TAPORVS LISANGLINSIS* para *TAPORVS LANCIENSIS*, uma vez que tal vez possamos atribuir o *TALABARVM VICVM* aos *TAPORÍ*, confinantes dos *LANCIENSES* populações que habitavam a Serra da Gardunha onde existem os topónimos *ATALAIA* onde abunda a mesma raiz Tala. Bem sei que é ousada esta atribuição baseada na toponímia e nas duas lápides que atrás ficam (13).

Esperemos que novas descobertas nos venham a esclarecer este problema, ajudando-nos a situar os *Taporí*, na vertente leste da Serra da Gardunha, como populações vizinhas dos *Igaeditani* e dos *Lancienses oppidani*.—  
F. RUSSELL CORTEZ (Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.—Universidade do Porto.—Março de 1952).

(7) HÜBNER. C. I. L. II. 453.

(8) "Geographiae", 2, 5, 7.

(9) HÜBNER. C. I. L. II. 519; 521.

(10) C. I. L. III. 408.

(11) "O Panorama", V, pág. 27, 1841.

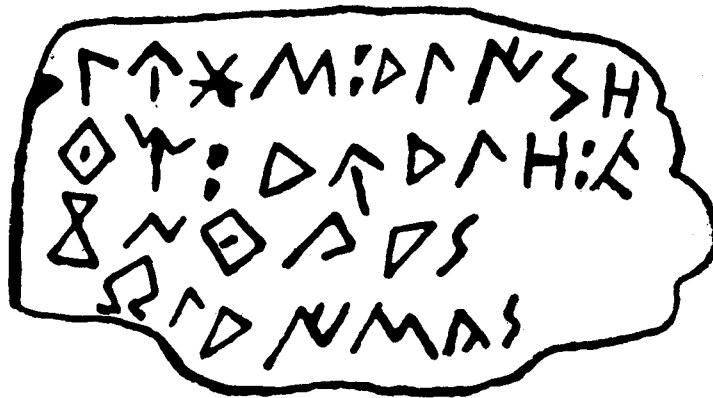
(12) C. I. L. II, 950.

(13) C. I. L. II, 453 e 950.

## UN TEXTE CELTIBÈRE INÉDIT

La collection léguée par Wilhelm Froehner (1835-1925) au Cabinet des Médailles (Paris, Bibliothèque Nationale), comprend une tessère de bronze, figurant, comme celle de Paredes de Nava, deux mains droites enlacées, mais dont la face lisse porte une inscription en caractères ibériques.

Nous publions ce texte, avec un commentaire et une étude d'ensemble sur les tessères d'hospitalité en Espagne, dans le tome VI des *Études Celtiques*. Mais la date de parution de ce volume demeurant incertaine, nous croyons utile de donner ici un fac-simile du document.



Nous y lisons:

*lupos' alisokum avalo-ke kont(r)ebias belais'kas*

avec la même particule enclitique *-ke* (liant les deux termes *lupos' alisokum* et *avalo kont(r)ebias belais'kas*) que l'on doit reconnaître dans l'inscription d'Ibiza:

*tir'tanos' abulokum letondunos'-ke beligios'*

Indépendamment du commentaire et de la discussion qui figureront dans les *Études Celtiques*, les problèmes linguistiques soulevés par le texte sont examinés dans un article à paraître dans le *Journal of Celtic Studies*.—MICHEL LEJEUNE. (Paris, juin, 1952.)

## HALLAZGO DE UN MOSAICO ROMANO EN CABANAS DE LA SAGRA (TOLEDO)

Durante el mes de abril del año 1947, y con motivo de unas obras practicadas en un corral propiedad de D. Antonio Dorrego García, aparecieron restos de un mosaico romano. Encargados de inspeccionar dicho pavimento, pudimos efectuar el descombro necesario merced a la eficaz ayuda de su propietario, logrando desenterrar una buena parte del mismo, que yace a 40 cms. de profundidad.

El conjunto de lo excavado aparece inclinado hacia el interior, pudiendo sospechar se trate de un mosaico "de orla" alrededor de un *impluvium*. Apoya este criterio la desaparición rápida de las teselas, desde cualquier lado, en dirección al centro, y, también, el hecho de que el nivel cementicio hallado en esta zona (sin rastro de teselas) se encuentra a bastante mayor profundidad que el mosaico, denotando que nos hallamos en presencia de una pequeña piscina. En su configuración debió constituir un exágono o un octógono, aunque a juzgar por las aberturas de los ángulos que forman tres de sus lados —los únicos descubiertos— nos inclinamos por la primera de dichas formas; tanto una como otra corriente, desde el siglo III después de J. C. (1).

La decoración es enteramente geométrica y se organiza con triángulos y rombos —éstos con flores estilizadas en su interior— delimitados por trenzas sencillas que dibujan grecas y *swásticas*; completa el conjunto otra trenza idéntica que rodea toda la composición. Pero aun hay más. Como las medidas no debieron tomarse con precisión, unos paños quedaron más estrechos que otros, y así puede apreciarse que, para subsanar el error, a todo lo largo de los dos primeros paños y por el exterior corre una segunda cenefa que también es irregular, pues comienza muy delgada y va aumentando en amplitud hasta llegar al tercer lado, en donde termina. Esta anomalía se corrobora por la presencia de una doble hilera de ladrillitos encarnados que limitan y protegen toda la composición. Este añadido se decora con un tallo serpeante que encierra hojas triangulares y, más adelante, se sustituye por *swásticas* de amplios brazos curvos, afrontados dos a dos, que contienen entrelazos cruciformes. Los colores empleados en el mosaico son el negro y el blanco, el encarnado y el amarillo, usándose los dos primeros, además, para fondos y separación de motivos.

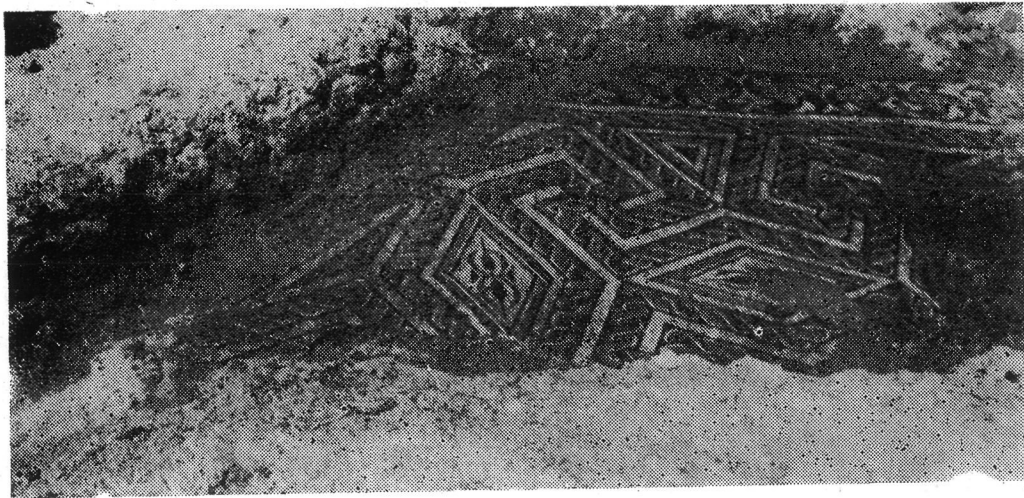
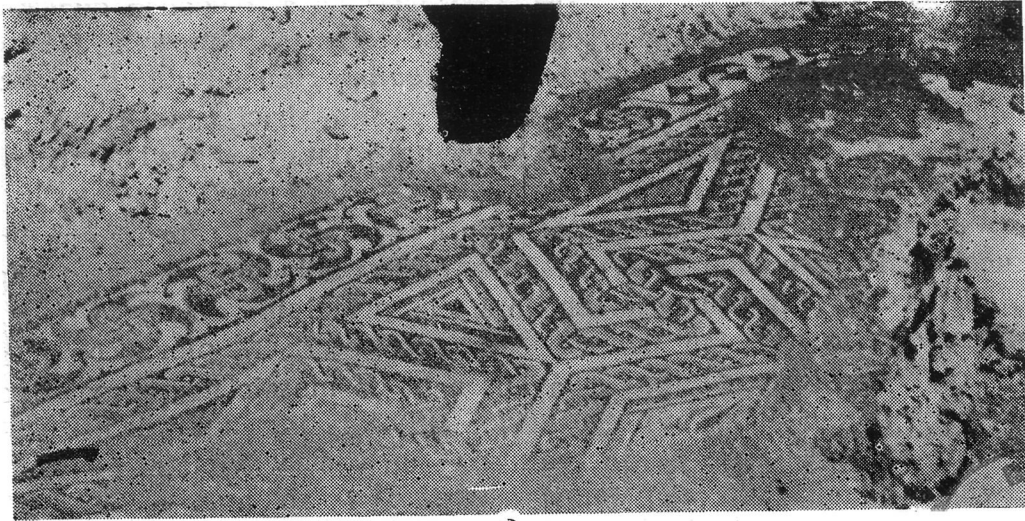
Composiciones semejantes guárdanse en el Museo Provincial de Zaragoza (2) y en la Cámara de Comptos, en Pamplona. Otra, que suponemos similar, la adjudica Almagro al siglo IV (3).

(1) HINKS (R. P.), "Catalogue of the Greek, Etruscan and Roman Paintings and mosaics in the British Museum". London, 1933; pág. LV.

(2) GALTAY (J.), "Los mosaicos de Fraga en el Museo de Zaragoza" ("A. E. Arq.", 1943; pág. 227 y sigs., y fig. 4).

(3) "Un fragmento de mosaico romano en Zaragoza" ("Ampurias", III; página 144).

Elemento muy de tener en cuenta para la cronología es la trenza que rodea la composición, ya que suele aparecer, principalmente, en piezas de baja época. Así opina Puig i Cadafalch respecto de los pavimentos de Tossa (4)



al decir: "Sembla tot indicar una construcció de les darreries de l'Imperi, y lo mismo Fernández de Avilés —siguiendo a Krüger (5)— a propósito del mosaico "de los meses y de las estaciones", aparecido en Hellín (6).

La repetición abusiva de un motivo (7), cual la trenza en nuestra caso, es otro síntoma de baja época, según vemos en mosaicos de parecido estilo

(4) "Els mosaics de Tossa" (Anuari IEC., VI, 1915-20, pág. 719).

(5) "Römische Mosaiken in Deutschland" ("Archäologischer Anzeiger, 1933; III-IV).

(6) "Un nuevo mosaico romano descubierto en Hellín (Albacete)". ("A. E. Arq.", 1941; pág. 442 y sigs.)

(7) PUIG I CADAVALCH (J.), "L'Arquitectura Romana a Catalunya". Barcelona, 1934, pág. 335.



y composición: el "de las estaciones", de Lyon (8), y el de la calle de la Concordia, en Mérida (9). Sin embargo, los que más nos interesan son los descubiertos por Ibarra Manzoni (10) en una finca romana, junto a Elche, pues al lado de uno similar al de Cabañas se halla otro circular (con triángulos internos y trenza en derredor), casi idéntico al medallón que adorna uno de los mosaicos del palacio romano descubierto en Ampurias (11) y al que, procedente de Badajón, decora un *impluvium* reconstituido en el Museo Arqueológico de la Ciudad Condal (12), que se sitúa hacia fines del siglo IV después de J. C. (13), fecha que nos sirve para datar los pavimentos de la citada villa, así como el de Toledo.

Mas aun nos quedan por tratar dos nuevos aspectos que aseguran su tardía construcción. El geometrismo exagerado, comparable por ello al de Euren (Trier, Alemania) (14), que es fechado hacia principios del siglo V, y las asimetrías, que se aprecian tanto en los extremos de la pieza como en la segunda cenefa, errores debidos a la ausencia de mosaicistas especializados en una época en que —como dice Gauckler (15)— la intranquilidad producida por las invasiones germánicas no consentían un desenvolvimiento normal de las actividades humanas en el ámbito del imperio romano. —OCTAVIO GIL FARRES.

---

(8) LAFAYE (G.) et BLANCHET (A.), "Inventaire des Mosaïques de la Gaule et de l'Afrique". Paris, 1909; t. II. fig. 734.

(9) MELIDA ALINARI (J. R.), "Catálogo Monumental de España. Provincia de Badajoz". Madrid, 1907-10; t. I, n.º 752 y lám. LXXXV, fig. 120.

(10) IBARRA MANZONI (A.), "Illici, su situación y antigüedades". Alicante, 1879; láms. XIV, XVII, XIX, XX, XXI y XXIII.

(11) GIL FARRES (O.), "Ampurias. Sus murallas: aparejos y cronología". (R. A. B. M., 1948; pág. 287-308).

(12) "Memorias de los Museos Arqueológicos Provinciales". II, 1941; lám. XIII, fig. I.

(13) PEIRCE (H.) et TYLER (R.), "L'art, Byzantin". Paris, 1932; t. I. pág. 58 y n.º 68.

(14) KRÜGER (E.), "Op. cit." cols. 707 y 708 y fig. 26.

(15) "Dar." et "Saglio". Voz MVSIVVM OPVS.



### III RECONTRE ASSYRIOLOGIQUE INTERNATIONALE. LEIDEN, 1952

Del 28 de junio al 4 de julio, tendrá lugar, en Leiden, el III Convenio internacional de Asiriología, organizado por el "Nederlandsch Instituut voor het Nabije Oosten", cuyas sesiones se celebrarán en el Instituto y en la Universidad de Leiden.

El tema principal fijado es "Tammuz en las civilizaciones mesopotámicas", y actuará de ponente el Prof. Dr. M. A. Moortgat, de la Universidad Libre de Berlín Occidental, constituyendo el Comité organizador el Dr. F. M. Th. de Liagre Böhl, como presidente, y el Dr. A. A. Kampman de secretario.

Para detalles e información, dirigirse al Sr. Secretario en Noordeindsplein 4a, Leiden, Países Bajos.

### CORSI INTERNAZIONALI DI STUDI LIGURI

I Corsi Internazionali di Studi Liguri, orientati ormai verso un programma di specializzazione archeologica nello scavo e nella ricerca storico-topografica, si ripeteranno nell'estate 1952, dal 14 al 27 luglio, a Bordighera e a Ventimiglia.

Potranno participarvi, come lo scorso anno, esclusivamente allievi e specialisti presentati dai rispettivi docenti, in numero non superiore a 30, e speciali facilitazioni di soggiorno saranno concesse ad un gruppo di giovani che intendano lavorare in stretto contatto con l'Istituto di Studi Liguri e accettino gli impegni relativi.

Il programma dei corsi comprenderà alcuni cicli di lezioni di preistoria, antichità e linguistica, e la partecipazione a una campagna di scavo stratigrafico organizzata nella zona archeologica di Ventimiglia. Verranno inoltre tenute presso il Museo Bicknell alcune conferenze e si compieranno escursioni nei dintorni.

Il programma più dettagliato sarà comunicato entro giugno; chi desideri participarvi può intanto indirizzarsi alla Direzione dell'Istituto (Museo Bicknell, via Romana 17 bis, Bordighera).—N. L.

### II CURSO DE TECNICA ARQUEOLOGICA. JACA, 1952.

Organizado por la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Zaragoza, en colaboración con los Institutos de Estudios Pirenaicos y de Estudios Oscenses, se celebrará en Jaca, del 27 de agosto al 6 de septiembre, el segundo curso de técnica arqueológica (el primero se celebró en 1951 en Canfranc, cf. "Zephyrus" II, 1951, pág. 185).

Actuará de director del Curso el Dr. A. Beltrán, de la Universidad de Zaragoza, y colaborarán en él como profesores los Dres. F. Jordá, J. San Valero, N. Lamboglia, H. Schlunk, P. de Palol, P. Beltrán, M. Dolc y otros.

Dicho curso, esencialmente práctico, comprende una serie de enseñanzas básicas de prehistoria y de un modo particular de arqueología romana peninsular. Para informes y detalles, dirigirse al Secretariado de Cursos de Verano de la Universidad de Zaragoza.

\* \* \*

El pasado mes de enero falleció en Madrid el Rvdo. Padre César Morán Bardón, Miembro de Honor de nuestro Seminario de Arqueología y preclaro investigador de la Arqueología, Prehistoria, Etnología y Floklre de la región salmantina. Para ofrecer un justo e imperecedero homenaje al que consagró toda su vida a la investigación y estudio de nuestras ciencias, el Seminario de Arqueología de la Universidad de Salamanca, en colaboración con la Sección Arqueológica del Centro de Estudios Salmantinos, ha tomado el acuerdo de dedicarle un volumen de estudios en el que se recojan, con el cariñoso recuerdo de los que le trataron, la devoción de los que le son deudores por sus numerosos trabajos.

# Bibliografía

L. SOLE SABARIS. *ESPAÑA. Geografía Física*. Con la colaboración de P. FONT I QUER, N. LLOPIS y V. MASACHIS. Tomo I de la *Geografía de España y Portugal*, dirigida por M. de TERAN. Barcelona. Ed. Montaner y Simón, 1952, 500 págs. 186 págs. XCVI láms. f. t. y un mapa.

No podemos silenciar en estas páginas la aparición del primer tomo de la magna obra de Geografía de la península que bajo la dirección de M. de Terán y la colaboración de una pléyade de investigadores españoles realiza sin regatear esfuerzo alguno la editorial Montaner y Simón, de Barcelona, que constituye, sin duda, la realización más ambiciosa lograda en el campo de la Geografía en nuestro país, y nos muestra el grado de madurez alcanzado por los estudios geográficos.

Dedicado a la España física, este tomo es obra de L. Solé, catedrático de Geografía Física de la Universidad de Barcelona y uno de los valores más positivos con que cuenta el Consejo Superior de Investigaciones Científicas; en él se analiza la morfología peninsular con una amplitud y profundidad no realizadas nunca y nos ofrece su estudio en una prosa concisa y agradable que atrae desde el primer momento.

El estudio de los elementos estructurales de conjunto, el rico paisaje, las cordilleras y depresiones, constituyen un primer capítulo cuya lectura recomendamos y que sigue a una brillante introducción sobre la genialidad geográfica de la península, que sitúa y ambienta al lector.

La evolución geológica de la península se estudia con gran amplitud, y así vemos analizados los macizos hercinianos y el plegamiento herciniano, los materiales

alpinos, su plegamiento y erosión. Cuatro densos capítulos son dedicados a la meseta y sus bordes, otros al macizo galaico, cordillera cantábrica, ibérica y al Pirineo, y otros cuatro a la depresión del Ebro, cordilleras litorales catalanas, Baleares y a la depresión del Guadalquivir y todas con numerosos esquemas y dibujos.

La presentación, cuidadísima y la riqueza de ilustración, pues aparte de las numerosas figuras trae más de 185 magníficas fotografías directas, en su mayor parte inéditas, convierten este libro en una verdadera joya bibliográfica, por la que felicitamos sinceramente a los editores, y en conjunto, dada la insuperable calidad de su texto, creemos constituirá esta publicación la obra clásica definitiva de la Geografía física de España.—J. MALUQUER DE MOTES.

H. BREUIL-R. LANTIER. *Les hommes de la Pierre Ancienne. Paléolithique et Mésolithique*. Paris 1951, 336 págs. XVI, láms. f. t.

De todas las grandes figuras de la Prehistoria Universal, nadie como el Abate Breuil ha contribuido en tan gran escala a su desarrollo, ya que puede decirse sin exageración que durante el último medio siglo nuestra ciencia ha seguido el ritmo que con mano maestra le ha ido trazando Henri Breuil en todos sus aspectos y en todos los terrenos e incluso que todos los grandes descubrimientos están sellados con su presencia siempre en la línea de los avances desde su clasificación de los períodos del paleolítico hasta las complejas seriaciones de técnicas que en la actualidad caracterizan esta larga, misteriosa y difícil etapa del desarrollo de la Humanidad. Un manual firmado por Breuil constituye por ello un verdade-

ro acontecimiento al que añade interés la colaboración de Raymond Lantier, que contrasta y confirma la voz autorizada del gran maestro. Tiene si cabe aun mayor interés su aparición en un momento en que se alzan aquí y allí tímidas voces frente a lo que podríamos llamar la gran ortodoxia de la prehistoria, pues ha obligado a la necesaria labor de pulimento y retoque para presentar clara y tajante la posición clásica respecto a ciertos debatidos problemas, y ello lo consiguen con esa gracia especial que hace tan atractivos los manuales galos incluso al tratar de cuestiones sumamente particulares y técnicas.

Sendos capítulos familiarizan al lector no iniciado en los problemas de la alta antigüedad del Hombre, en el utillaje de los primeros grupos humanos, en las técnicas de la talla del sílex, en los yacimientos, en los útiles y armas, en fin, en el valor de la estratigrafía, así como en la naturaleza de los primeros grupos humanos.

Más precisos son los capítulos dedicados al análisis de las culturas del paleolítico superior en el que se estudian los horizontes auriniacienses, solutrenses y magdalenienses con sus áreas y problemas. El auriniaciense, por ejemplo, en su doble aspecto de perigordienense y auriniaciense típico recela dos cunas distintas, pues mientras el primero sería originario de Asia Menor, de donde se desarrollaría en sus dos ramas, europea y africana, el segundo tendría su lugar de formación en las estepas del norte de la China.

El problema del solutrense es enfocado abandonando definitivamente la concepción difusionista para establecer la pluralidad de centros de origen, y todo ello para no renunciar a la hipótesis clásica de su origen en Hungría y Balcanes, que continuaría siendo uno de los focos originario y el más antiguo en el tiempo. A su lado existirían otros focos como el norteafricano con raíces en el ateriense, otro foco en nuestro Manzanares, etc., y extinguido con el magdaleniense reviviría hacia el final del paleolítico en el Vístula con el Swideriense y swagolewitziense.

Esta interpretación del solutrense contrasta violentamente con todo el resto de la obra, con la interpretación del auriniaciense y del magdaleniense y de un modo notabilísimo con toda la interpretación del arte paleolítico que establecen los

autores en otros capítulos, y a nuestro entender representa la mejor prueba de la crisis completa de la sistematización clásica del paleolítico superior. La diferencia de método aplicada al solutrense por Breuil invalida toda su seriación de la tipología del magdaleniense, por ejemplo, y al mismo tiempo imposibilita toda normal explicación del paleolítico inferior, puesto que al aceptar el principio de que un determinismo industrial ha conducido a la invención humana a realizar varias veces el descubrimiento, cae por su base todo el valor de las series tipológicas y aun estratigráficas que sólo lo conservarían en un área estrictamente local.

La gran maestría de Breuil se observa bien al tratar del arte paleolítico y concretamente del franco cantábrico. El capítulo dedicado al arte mobiliario es del mayor interés y se estudia en sus variedades de naturalista (antropomorfo y zoomorfo) y decorativo, y en éste se discrimina el que es puramente de origen técnico derivado de la propia técnica del trabajo del hueso y de otras técnicas o del que copia objetos manufacturados. En cuanto al arte parietal, al hacer su historia vemos que resta interés a la polémica inicial de Altamira para decir que sólo con el descubrimiento de La Vache empezó la batalla por las pinturas rupestres, lo que es cierto en el ámbito estricto de los prehistoriadores franceses.

En relación al debatido problema de la interpretación del arte paleolítico y en definitiva al origen del arte con gran agudeza se discrimina lo que tiene de magia, de su propio origen, la magia se lo apropia, pero en su origen no se halla ausente la chispa del genio.

Es interesante el estudio de las pinturas rupestres naturalistas del levante español, en las que sin renunciar a sus antiguas concepciones teóricas hace concesiones de importancia respecto a su momento cronológico al hacerlas contemporáneas de todo lo que es posterior en Francia al auriniaciense típico, llegando a decir (p. 239) que "cet art passe au mésolithique et arrive à donner la main à l'art schématique postérieur"... Es ciertamente una concesión de importancia, pues vemos arrinconados casi la totalidad de sus argumentos anteriores para ceñirse a que las pinturas levantinas representan "un género de vida paleolítico", lo que en buena

parte es cierto, sin que suponga ello necesariamente su desarrollo dentro del Cuaternario. Lo cierto es que admitida la pluralidad de origen de las técnicas sorubrenses, todo el equilibrio de las hipótesis clásicas precisa una total revisión y el argumento aducido de la forma de representar las cornamentas de los bóvidos, por ejemplo, así como todos los argumentos basados en las semejanzas tipológicas carecen de base firme por cuanto pueden haber sido creados independientemente en unos lugares y tiempos distintos.

Las culturas del mesolítico son estudiadas sin salirse de la línea conocida y sin nuevas aportaciones y cierra el libro un interesantísimo estudio de las prácticas funerarias del hombre paleolítico.

En conjunto representa este libro, dedicado a la memoria de Hugo Obermaier, un interesante resumen de la Humanidad cuaternaria con las vacilaciones propias de una ciencia en formación que ha encontrado los medios de trabajos apropiados pero a la que enormes lagunas no permiten ofrecer la síntesis armónica y definitiva que constituye el ideal de toda ciencia.—J. M. de M.

**M. TARRADELL-J. GARRIGA.** *El paleolítico del Río Martín. Memorias del Servicio Arqueológico del Protectorado.* Núm. 12. Instituto General Franco. Tetuán 1951, 47 págs. IX láminas f. t.

Las investigaciones arqueológicas en nuestro Protectorado muestran en los últimos años una actividad a la que no es ajena la pericia, entusiasmo y competencia del dinámico director del Museo de Tetuán, Dr. D. Miguel Tarradell. En el trabajo que nos ocupa vemos la primordial preocupación por clasificar las numerosas industrias líticas marroquíes en su marco adecuado mediante el análisis conjunto de su tipología y de sus condiciones de medio; es decir, el estudio de las industrias en estrecha vinculación con la geología.

J. Garriga, a quien se debe la parte geológica de esta Memoria, estudia el desarrollo de las cuatro terrazas cuaternarias del Río Martín (10-15, 25-30, 55-60 y 90-100 metros), terrazas que desgra-

ciadamente no aparecen bien fechadas geológicamente. M. Tarradell estudia las abundantes industrias que en ellas se recogen y que muestran, ciertamente, una homogeneidad desesperante. Se trata de una industria muy tosca de facies levaisomusteriense con reminiscencias acheulenses y clactonienses. Su datación absoluta es incierta y al parecer se trata de un grupo de industrias locales que se desarrollarían alrededor del Estrecho de Gibraltar, no sólo en territorio africano, sino también en la península, lo que permitirá conocer el día que se realice su estudio de conjunto con la suficiente amplitud, un nuevo aspecto de las técnicas paleolíticas del occidente.—J. M. de M.

**C. F. POSAC MON.** *Industrias prehistóricas en la zona oriental del Protectorado de España en Marruecos. El yacimiento del Kerker.* Instituto General Franco. Tetuán 1951, 64 págs. con 5 figs. más VIII láms.

Publicación de materiales de sílex procedentes de un yacimiento descubierto por el autor en la inmediación de dos cuevas situadas en el macizo del Kerker. Dicha industria presenta el aspecto de una industria de hojas de tradición paleolítica retardada. Aparecen muy abundantes los microlitos foliáceos, algunos perforadores, hojitas de dorso rebajado pero sin que veamos formas geométricas claras ni piezas guía para poder clasificar estrictamente el yacimiento. Con idéntico criterio el autor se abstiene de hacerlo hasta que la comparación con materiales de otros yacimientos de Marruecos, que tiene en estudio, lo permita.—J. M. de M.

**Marc. R. SAUTER.** *Prehistoire du Valais. Des origines aux temps mérovingiens.* De Vallesia. V. Sion. 1950. 165 págs. 32 fig. más XVI láms.

La labor constante de la investigación prehistórica hace necesaria la publicación de cartas arqueológicas que reúnan la totalidad de los datos y permitan al investigador tener en un momento dado en su

mano todos los ricos materiales de una determinada región; por ello la aparición de una de estas cartas es siempre un acontecimiento del mayor interés. Marc R. Sauter ha dado cima a la labor de largos años iniciada por David Viollier y continuada por Donnet y Bouffard al presentarnos el rico repertorio de hallazgos y publicaciones del Valais suizo.

Los hallazgos se presentan organizados en siete periodos, Paleolítico, Neolítico, Edad del Bronce, Primera Edad del Hierro o época de Hallstatt, época de La Tène, Romano y Merovingio, y distribuidos por ayuntamientos en forma análoga a la adoptada para los fascículos de la Carta Arqueológica de España iniciada por el Instituto Diego Velázquez, de la que, como se sabe, han aparecido los tomos correspondientes a las provincias de Soria y Barcelona.

Si comparamos esta carta del Valais con las españolas, notaremos una estrecha relación, quizás en la suiza se describa con mayor amplitud el desarrollo cultural humano de la región mientras falta la introducción geográfica tan interesante por ejemplo en la carta de Barcelona. Falta en la suiza el mapa general suplido con ventaja con mapas por periodos, pero en la referencia se da de cada estación u objeto su situación con referencia a mapas de escala 50.000 (Carte Sigfried y Carte National Suisse) lo que ofrece indudables ventajas. También en la ilustración es más completa la carta suiza que las nuestras. Por lo completo de esta carta constituye un libro absolutamente necesario para la investigación de todo problema que afecta a dicha área geográfica.— J. M. de M.

**T. ORTEGO FRIAS.** *Las estaciones de arte rupestre en el monte Valonsadero, de Soria.* *Revista Celtiberia* 2. Soria 1951. Págs. 275-306.

Gracias a la incansable actividad de Teógenes Ortego, la pintura rupestre española se ha visto enriquecida con un nuevo conjunto de estaciones en la provincia de Soria que no carecen de interés. Una serie de abrigos con pinturas (El Puntal, La Lastra, El Mirador, Peñón de la Solana, Peña Somera, Peñón de la Visera, Covacho del Morro, etc.) muestra princi-

palmente unos tipos que pueden relacionarse con los restantes grupos de arte esquemático peninsulares, pero en algunos casos las figuras conservan un cierto naturalismo, y de ahí su mayor interés para nosotros, pues representan un cierto eslabón entre el área de pintura naturalista del Levante y los grupos seminaturalistas de las Batuecas.

Como bien señala el autor, parecen coincidir en este grupo dos corrientes culturales, la naturalista del Levante y la esquemática meridional. Parece como si la población ciertamente con raíces mesolíticas que habitaba el Levante, arrinconada cada vez más sobre la espina montañosa del sistema ibérico ante la constante progresión de las nuevas poblaciones con economía neolítica desde la orla costera, y habiendo trocado su primitiva economía cazadora por el pastoreo, fueron dirigiéndose hacia el oeste por las cadenas centrales ocupando las serranías sorianas para abocar en el sistema central. Ello explica la pervivencia del naturalismo en la pintura y la rápida asimilación del esquematismo de fuente, sin duda, distinta y propio de determinadas concepciones religiosas que penetraron en la Península por la vía del Estrecho. La pervivencia de estas poblaciones de raíz mesolítica en la Meseta hasta la avanzada Edad del Bronce creemos que es uno de los datos más firmes de nuestra Prehistoria.—J. M. de M.

**M. VAZQUEZ SELJAS.** *Riqueza megalítica en tierras de Villalba.* *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos de Lugo*, núms. 21-22 y 35, 1947 y 1951. Lugo 1951.

Al contrario de lo que sucede con otros núcleos megalíticos de la Península, como el pirenaico o el andaluz, el riquísimo foco dolménico del noroeste carece de la monografía completa que todos deseáramos a pesar de algunos meritorios trabajos incluso bien sistematizados aunque siempre incompletos. La bibliografía, numerosísima y dispersa, de difícil consulta muchas veces, contribuye a que dicha cultura gallega no sea debidamente valorada, y es por ello que trabajos como el que nos ocupa de Vázquez Seljas tienen gran valor al catalogarnos hallazgos que

pueden ser relacionados con los conjuntos megalíticos y nos hacen desear más aún la aludida monografía que no dudamos sabrán ofrecernos los investigadores gallegos. En este trabajo se recogen algunos hallazgos sueltos de gran interés como la pieza perforada de una mámoa de Mariñanes, reproducida en la figura 5, que merecía una atención especial. Es de lamentar la ausencia de un buen mapa que al ofrecernos las localizaciones de los hallazgos que se estudian nos evitara la tarea de cartearlos siempre difícil cuando no se vive en contacto con el área geográfica que interesa.—J. M. de M.

J. CARBALLO. *La Gliptica prehistórica de Galicia. El enigma de los petroglifos y su interpretación. Revista de Metalurgia y Electricidad* núm. 143. Julio de 1949.

La riqueza del arte rupestre galaico, aumentada de día en día con nuevos descubrimientos, constituye uno de los temas que han preocupado a numerosos arqueólogos por espacio de medio siglo. El que constituyan un núcleo más de lo que podríamos llamar gran provincia atlántica con focos no sólo afroeuropes (Canarias, Bretaña, Irlanda, etc.) sino americanos (Venezuela, Florida) es un aliciente más para su estudio. Pero aparte de su morfología, su interpretación constituye una de las grandes interrogantes, y he aquí que el Padre Carballo ha elaborado una hipótesis digna de conocerse y que en su sencillez quiere explicar todo el proceso de los petroglifos.

Constituye su punto de partida la universalidad del culto a los muertos, que en manifestaciones ricas y variadas aparecen en casi todos los pueblos primitivos y que existe en la base de las ideas religiosas de varios pueblos. Considera también que el esquematismo es producto de un factor psicológico aunque no nos satisface su explicación sobre el deseo de simplificación, falta de utillaje adecuado, reincidencia en las representaciones, etc., que aunque indirectamente, parece aceptar la idea de una vinculación (degenerativa) al grado naturalista en el arte.

Con estas bases interpreta decididamente las pinturas de Peña Tú como una representación de danza fúnebre (bien documentada en pueblos africanos por Fro-

benius), danza en la que observa la presencia de tres elementos, uno sobrenatural, la divinidad que preside, y dos terrenos, la tumba, antropomorfa en este caso, y los asistentes presididos por su jefe. Estos tres elementos vuelve a encontrarlos en la Braña (Santander), a saber, cruz, rayas verticales y un círculo que serían representaciones estilizadas de la divinidad (ídolo) del público asistente a la ceremonia y de la sepultura, ésta circular, porque en el país se utilizaban los túmulos circulares (desearíamos la publicación de los sepulcros tumulares de Santander aludidos repetidamente por el autor y cuya ignorancia reconocemos).

En los petroglifos gallegos halla el Padre Carballo los mismos tres elementos. Los petroglifos circulares (los laberintos serían meras variaciones) representan la planta de los túmulos, las representaciones zoomorfas que a veces les acompañan, las víctimas de la hecatombe, los puntos de difícil interpretación serían representación numérica de los asistentes quizás. Es decir, que la interpretación general no diferiría de la Peña Tú y serían representación de ceremonias funerarias enlazadas con el culto a los muertos. Explica las sepulturas circulares suponiendo que el país fué intensamente colonizado por la población de los *hugelgräber*. Otro origen tendrían los petroglifos que representan un rectángulo con una cruz como Outeiro de Galiñeiro o Cachão da Rapa, quizás meridional aunque enlazado igualmente con el culto a los muertos.

Como se ve en esta hipótesis el P. Carballo desborda el problema de la mera interpretación de los petroglifos para rozar cuestiones más amplias de la prehistoria hispánica, y es en ello donde vemos el punto más débil de dicha hipótesis, pues la atribución de los petroglifos gallegos a los *hugelgräber* supone un principio no comprobado de la extensión de estos pueblos y al propio tiempo no explica por qué faltan dichas representaciones precisamente en la patria originaria de estos pueblos (centro-oeste europeo) y como no aparecen en aquellos lugares de la Península como parte de la cuenca del Ebro (Bajo Aragón) en que la extensión de la cultura europea de los túmulos es más clara.—J. M. de M.



MARTIN P. NILSSON. *The Minoan-Mycenean Religion and its Survival in Greek Religion*. Skrifter utgivna av Kung. Humanistiska Vetenskapssamfundet i Lund, IX. 2.<sup>a</sup> edición revisada. Lund 1950. C. W. K. Gleerup. XXIV. 656 págs.

El hecho de que a los veintitrés años de la primera, haya sido necesario publicar una segunda edición de esta monografía capital sobre la religión minoica y micénica es la mejor prueba de la seguridad de métodos y solidez de doctrina del eminente especialista sueco en un campo en el que nuestros conocimientos no son ciertamente inamovibles y sobre el que no ha cesado de aparecer una abundante bibliografía.

Sin alterar sustancialmente en nada el contenido de la primera edición, Nilsson ha aprovechado ahora los resultados de las investigaciones realizadas desde entonces y añadido gran cantidad de ilustraciones del numeroso material arqueológico que examina. De este modo, los 112 grabados de la primera edición se han convertido en 208 y el texto ha experimentado un incremento de 73 nutridas páginas.

El plan de la obra continúa siendo el mismo. A una excelente introducción general (en la que N. sigue ateniéndose a la teoría de las tres oleadas inmigratorias establecidas por algunos lingüistas por el orden de jonios, aqueos y dorios, pero pensando que "besides these there was probably a continuous infiltration of Greek settlers over a long period", y niega una colonización del continente por minoicos, inclinándose a admitir más bien contactos de micénicos con Creta por incursiones, primero y conquistas después) sigue una parte I, "The Minoan-Mycenean Religion according to the monuments", en 13 capítulos, donde N. procede a un examen detenido y exhaustivo del material arqueológico tratando de santuarios, altares, objetos sacros, la doble hacha, sacrificios animales, culto de árboles y de ídolos, apariciones de dioses en forma de aves y en figura humana, etc. La parte II, "Minoan-Mycenean Religion in its relations to Greek Religion", constituye en realidad una interpretación de las religiones minoica y micénica —de las que poseemos

ilustraciones sin texto— por elementos míticos y culturales de la religión griega de época histórica, lo que se justifica en principio, independientemente de la confirmación general dada por toda esta parte, por el hecho de que hay una continuidad de culto y de lugares de culto desde el III milenio hasta plena época histórica. Un resumen de la monografía que reseñamos, aunque ya diez años más viejo, es el capítulo sobre la época prehistórica de la "Geschichte der griechischen Religion", I, p. 237-359 (1941) del mismo Nilsson, aparecida en el prestigioso "Handbuch" de Ivan Müller-Walter Otto.

Nilsson ha puesto en la base de sus estudios una sólida formación arqueológica, histórica y filológica, sin despreciar los resultados lingüísticos (debidamente asesorado por Wackernagel). Por otra parte, Nilsson ha trabajado también en Etnología y en Religiones comparadas, buscando puntos de vista generales para la interpretación del material. Si tenemos en cuenta esta completísima formación y la gran prudencia que le caracteriza (notemos, por ejemplo, su observación metódica de que en la religión micénica formas externas minoicas pueden encubrir concepciones religiosas muy diferentes), comprendemos la admirable solidez de la labor científica de Nilsson en el campo de la religión griega, que alguien ha pretendido tachar de "racionalista". Pero no olvidemos que "racionalismo" e "hipercrítica" son las acostumbradas etiquetas que ponen a la ciencia auténtica (lo que no excluye la humana posibilidad del error) quienes a la estricta disciplina metódica prefieren el vuelo libre de la fantasía. — M. S. RUIPEREZ.

NINO LAMBOGLIA. *Tindari. Città sepolta della Sicilia*. Touring Club Italiano. Milano 1951.

La prodigiosa actividad arqueológica de L. Bernabò Brea, director de excavaciones de Sicilia Oriental, ha sabido buscar la colaboración necesaria de los activos elementos del Istituto di Studi Liguri y ahora empezamos a ver los frutos de tan inteligente colaboración. Tindari, la famosa ciudad grecoromana del norte de Sicilia ha sido elegida para esta actividad conjunta. La ciudad de la que Plinio do-

cumenta la catástrofe que hundió en el mar a más de la mitad de su perímetro, constituye un campo ideal de experiencias arqueológicas. Históricamente fué fundada por Dionisio a expensas de la vecina ciudad sícula de Abacaenum, pero las actuales excavaciones han descubierto que se levantó sobre el solar de un antiguo e importante poblado prehistórico.

Las excavaciones estratigráficas que se están realizando no han podido hallar los niveles contemporáneos de Dionisio, sino que a lo sumo los estratos conseguidos podrían considerarse como de la época de Agatocles.

La ciudad sufrió después las depredaciones de los mamertinos, luego fué una de las primeras ciudades griegas que se orientó decididamente a Roma. Episodios heroicos de sus magistrados nos documenta Cicerón y con Augusto se constituyó en colonia romana. Su vida de ciudad romana y bizantina debió ser más próspera de lo reflejado en las fuentes, a juzgar por los hallazgos, y fué destruida, sin reedificarse, en el siglo VIII por los árabes.

Las excavaciones emprendidas por la Soprintendenza correspondiente, en colaboración con el mencionado Istituto di Studi Liguri, han transformado el lugar, apenas iniciadas, en una meta de notable interés arqueológico turístico. Dichas excavaciones constituyen una verdadera cruzada a favor del método estratigráfico en excavaciones clásicas, que por primera vez se utiliza en gran escala en Sicilia. Tindaris, como Alintimilium, será de ahora en adelante, como nuestra Ampurias, una escuela práctica de arqueología y a ella han acudido ya, que sepamos, jóvenes españoles para imponerse, junto a Nino Lamboglia y Bernabó Brea, de los actuales métodos de excavación. Ello nos sugiere el insistir en la absoluta necesidad de que en España apliquemos dicho método, el único que permite darnos una verdadera visión y perfecta lectura de los estratos del pasado, en mayor escala de lo realizado hasta ahora en nuestras excavaciones clásicas. Con la riqueza de ciudades romanas e indígenas que tenemos por excavar en España, es una vergüenza el que no poseamos estudios estratigráficos de ninguna de ellas si exceptuamos los ensayos realizados en pequeña escala en Emporion.— J. M. de M.

L. BERNABO BREA. *Il teatro antico di Pollentia nell'Isola di Maiorca. Rivista di Studi Liguri* XVII. Bordighera 1951.

Con motivo de su estancia en el IV Curso internacional de Prehistoria y Arqueología realizado por la Universidad de Barcelona en las Baleares. (Cf. ZEPHYRVS I, 1950, p. 80), L. Bernabó Brea tuvo ocasión de estudiar las ruinas visibles del teatro de Pollentia, que ha resultado ser no un teatro romano como cabía presumir, sino un teatro griego, quizás el único teatro griego del occidente mediterráneo. Ello de por sí constituye ya un dato interesante, por cuanto puede suponerse que su construcción en todo caso es posterior al año 123, en que Metelo fundó Pollentia, y suponiendo que aun se tardara unos años en empezar su construcción, tendríamos como fecha probable los últimos años del siglo III antes de J. C., época en la que ninguna ciudad del occidente romano poseía aún un edificio para espectáculos públicos de esa categoría. Los verdaderos teatros romanos no comienzan hasta principios del siglo I y no recibirán su estructura definitiva hasta la época augustea.

La existencia de un teatro de tipo griego en las Baleares hace suponer a Bernabó Brea que quizás existieran tropas de ese origen entre los soldados de Metelo. Por nuestra parte preferimos suponer que el desarrollo de Pollentia por su misma situación geográfica estaría estrechamente vinculado a los caminos del mar, en los que el elemento griego fué indudablemente el primordial hasta la época imperial avanzada.— J. M. de M.

S. MARINE BIGORRA. *Inscripciones hispanas en verso*. Instituto Antonio de Nebrija. Escuela de Filología. Barcelona. Madrid 1950. Un vol. de XVI más 232 págs.

Plácemes merece este trabajo, que es una buena contribución al estudio de la epigrafía romana de Hispania. Se examinan en él las inscripciones métricas de nuestra Península y son estudiadas tanto

en el aspecto gramatical como en el métrico y literario.

El autor arranca de una preocupación teórica que nos parece muy laudable: la de corregir las exageraciones de los romanistas en favor de la tardía descomposición de la latinidad clásica en todos sus aspectos (fonético, gramatical, métrico, etc.) y señalar la alta antigüedad de muchos de estos fenómenos. Más conservadora es en nuestra Península la bética, con su superior cultura latina, tan antigua como se sabe, por el testimonio de Estrabón.

En este sentido señalamos la importancia que para el problema de la métrica eventual de Comodiano (y la fecha de éste) tiene el descubrimiento por Mariné de composiciones rítmicas en inscripciones de Tarragona y Pollensa (publicadas ahora por él mismo, en el apéndice de inscripciones no coleccionadas. Tales inscripciones (cf. las págs. 167 y 143) son paganas, lo que nos muestra un aspecto inesperado del problema.

El examen de la gramática de estas inscripciones es un complemento útil a Carnoy, naturalmente con un criterio más moderno. Consideraciones sobre el léxico y estudio literario completan el libro.

Sólo nos permitiríamos alguna observación de detalle: el que la flexión Egica-Egicani parece tener raíces en la propia lengua de los invasores, que si las tiene (p. 69); la omisión como repertorios de formas de obras como las generales, de Neue Wagener, Leumann-Hoffmann, Lonimer, Kieckers; el App. Probi (en latín siempre frumersino) (p. 64); sobre la "s" de A. Gagniers (p. 106). Sobre Calethyce (p. 24) véase lo que he dicho en mis "Estudios sobre las lenguas hispánicas primitivas", p. 135 y sobre páramo (p. 71), ibid. p. 196. — ANTONIO TOVAR.

**Christian COURTOIS.** *Timgad. Antique Thamugadi.* Alger, Imp. Officielle à Alger. 103 págs. 2 maps. con láms. int. 23 cm. 4.º

Christian Courtois, profesor en la Facultad de Letras de Argel, aporta con la guía arqueológica de Timgad un número más a la serie publicada bajo las órdenes de M. Roger Leonard, gobernador general de Argelia, y que tiene por fin el estudio de

las ruinas arqueológicas en el Protectorado francés de Africa.

Dedica su primer capítulo a la situación, desarrollo e historia de Timgad.

Penetra a continuación en el estudio aislado de los principales monumentos de la ciudad, cardo Máximo-Norte, Foro y Teatro.

Pasando a dividir tanto la villa Trajana como sus suburbios en regiones para facilitar el estudio de los mismos.

Comienza a efectuarlo, por la parte oriental dentro de la villa y el este en los suburbios; asimismo al estudiar los suburbios de la parte sur hace mención del fuerte bizantino que debe datar del 593 (año 13 del reinado de Justiniano), y probablemente mandada construir por Solomor magister militum. Describe asimismo la necrópolis cristiana con su templo central los suburbios del Oeste y Norte, donde se encuentran las grandes termas.

Notifica la existencia del Museo formado con las piezas de excavación que no fueron enviadas al Louvre o al Museo de Argelia y que dan idea del arte provincial.

Destacan entre los fondos del citado Museo los mosaicos, sin duda existentes en gran profusión, tanto en edificios públicos como privados, la estatuaria es de tipo provincial y poco refinada, y la cerámica se encuentra en iguales condiciones.

Insérta una lista bibliográfica sobre el tema, así como dos planos y 65 fotografías de objetos, monumentos arquitectónicos y vistas de la ciudad. — TRENIDAD TARACENA.

**André BERTHIER.** *Tiddis. Antique Tidditanorum.* Alger, Imp. Off. à Alger. 1951. 56 págs. maps. con láms. int. 23 cm. 4.º

El presente estudio "en forma de guía", efectuado por el Director del Museo Gustavo Mercier, bajo las órdenes de M. Roger Leonard, Gobernador General de Argelia, forma parte de la serie publicada en iguales circunstancias y dedicada al estudio de las ruinas arqueológicas en los dominios franceses de África.

Comienza por dar a conocer la situación del castellum Tidditanorum en la época romana, que rodeaba con otros muchos la "Colonia Cirta".

Menciona la historia de sus excavaciones

desde que se efectuó el primer intento por la Société Archéologique de Constantine en 1853 hasta las ejecutadas en época actual y que han sido fruto de una serie de publicaciones cuyos títulos inserta.

Relata el estado presente de las mismas, que se han desarrollado sobre todo en la parte Este. Describe los principales hallazgos entre los que se encuentran: una puerta monumental con interesante inscripción; una vía que conduce al foro "probablemente cardo", y con edificios a ambos lados divididos en terrazas, en algunos de ellos se han encontrado inscripciones entre las que destacan las dirigidas a Hittira, al emperador Caracalla, a Tullia Domna y al Genio del Pueblo.

Hace descripción del Foro, así como de los cuarteles N. y S. que le rodean.

Notifica cómo Tiddis se desborda de su propia fortaleza y se extiende hasta Rhumel, describiendo los monumentos que se encuentran en tales lugares.

De lo citado anteriormente concluye el autor que Tiddis fué por excelencia posición fortificada.

Inserta un plano general de la región de Constantina, uno particular de las nuevas excavaciones de Tiddis y 33 fotografías de los principales objetos y lugares.—  
TRINIDAD TARACENA.

S. de los SANTOS JENER. *Guía del Museo Provincial de Córdoba*. Madrid. Góngora, 1950. 141 págs. más XXV láminas. 21 cm. 8.º

La presente publicación de D. Samuel de los Santos Jener forma parte de la serie que con el nombre de "Guías de Museos Arqueológicos" redactan los directores de los Museos Provinciales del Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos; publicaciones de gran interés, ya que, de un lado, permiten al visitante del Museo una clara orientación del contenido y distribución de los objetos dentro del mismo, y de otra consienten al estudioso que no puede visitar el Museo tener una noticia directa de sus fondos e incluso algunas fotografías de los objetos más destacados de él.

D. Samuel de los Santos, una de las personas de más prestigio en el ámbito

profesional, da cuenta de las vicisitudes que hubo de pasar el Museo desde que apuntó su creación como Museo de Bellas Artes, el 15 de octubre de 1844, hasta el momento presente, que se encuentra instalado en la calle de Velázquez Bosco, número 7, y teniendo en perspectiva un traslado a su nuevo local, adquirido en 1942 en la Plaza de Jerónimo Páez.

Notifica asimismo las diferentes maneras de ingresar en el Museo los objetos que hoy forman sus colecciones, y reseña las actividades de los directores que tuvo el Centro.

A continuación, y siguiendo un gran rigor científico, describe los fondos del Museo, instalados en las salas, fondos de gran abundancia y categoría, como corresponde a una ciudad encuadrada en la Bética, región en la que se sucedieron tantas y tan importantes culturas.

Los objetos que alberga el Museo pertenecen tanto a las culturas paleolítica, neolítica, bronce mediterráneo, bronce atlántico, Edad del Hierro céltica e ibero-turdetana, como a la época romana y Edad Media, con sus representaciones de objetos visigodos, hispano-musulmanes, mozárabes y mudéjares.

El monetario, de la pequeñez del cual se lamenta el Sr. De los Santos, contiene 5.120 piezas con representaciones desde la colonización griega hasta las series hispano-árabes e hispano-griegas.

A través de esta sistemática publicación puede observarse la perfecta catalogación de los fondos del citado Museo.

La Guía lleva inserta una relación de las notas bibliográficas referentes a los objetos del Museo, así como un suplemento de la bibliografía arqueológica cordobesa.—  
TRINIDAD TARACENA.

Frank H. STUBBINGS. *Mycenean Pottery from the Levant*. Cambridge University Press 1951, 111 págs., 37 figuras, XVIII láms. y III mapas.

Uno de los elementos más interesantes de la arqueología mediterránea es sin duda la cerámica micénica por cuanto contribuye a fechar culturas europeas prehistóricas, ante la posibilidad de obtener unas bases cronológicas por su expansión en los países del próximo Oriente, cuya cultura discurre en su tiempo la más plena histo-

ricidad. F. H. Stubbings ofrece en esta monografía una buena contribución al mejor conocimiento de esta cerámica en su área oriental de expansión.

Utilizando como base la clasificación de Furumark, analiza todos los hallazgos territorio tras otro. Rodas, Cos, Chipre, etcétera. En Rodas vemos cómo empieza la cerámica micénica al partir del Mic. II; en hallazgos cercanos a la costa y no muy densos; en el Mic. III, se extiende en amplitud y penetra hacia el interior. La isla es a su vez productora de cerámica micénica desde el tipo III A. La escasez de hallazgos del per. III hace creer en una etapa de expansión comercial que precede a la verdadera colonización de la isla, con varios núcleos desde el mic. III A. El estudio de los hallazgos de Cos indica algo similar y también en Chipre sucede algo análogo, con abundante fabricación de cerámica micénica desde el III A. En realidad las manufacturas de este período son difíciles de precisar si son de fabricación continental o insular.

En Siria-Palestina, aparecen importaciones micénicas a partir del III A en adelante, probablemente de fabricación insular, ya que el único lugar en que aparece cerámica de fabricación claramente continental griega es Tell Abu Hawam.

En Egipto la política de Akenaton favorece el exotismo y las cerámicas micénicas llegan en abundancia a su ciudad del Amarna (del tipo III A 2) difíciles de precisar, sin embargo, sus procedencias. Se trata de una importación de lujo y por lo mismo limitada. Luego, en tiempos de la dinastía XIX, continúa la importación en un marco más amplio (del III A avanzado y del III B). En este momento los distintos centros productores de cerámica micénica adquieren cada uno personalidad propia y se inician diferencias que aun refuerzan más la total unidad de esta cerámica micénica.

Un capítulo de conclusiones con ensayo de interpretación histórica, cierra este importante libro, que reúne el máximo rigor en la utilización de los materiales, lo que le convierte en una publicación de suma utilidad como fuente de información y gracias a las numerosas ilustraciones suple con ventaja otras fuentes.

Algo análogo deseáramos ver publicado sobre los hallazgos del área occidental micénica.—J. M. de M.

*Tablettes Albertini. Actes privés de l'époque vandale (Fin du V siècle), édités et commentés par CH. COURTOIS, L. LESCHI, CH. PARRAT, CH. SAUMAGNE.* Edición del Gobierno General de Argelia, Servicio de Antigüedades y Misiones Arqueológicas. Arts et métiers graphiques. Paris, 1952. Un volumen de texto de VIII-346 páginas y un álbum de XLVIII láminas en el mismo formato.

Estos documentos que ahora se publican y de los que E. Albertini había iniciado el estudio en 1928, constituyen un tesoro epigráfico de caracteres muy especiales. Se trata de un lote de 45 tablillas de cedro en las que con tinta seguramente no mineral, se escribieron 34 documentos en latín. El paleógrafo, el latinista, el historiador de la economía se hallan interesados en estos textos (casi en su totalidad contratos), de naturaleza realmente des acostumbrada en cuanto al modo de conservación. Proceden de un lugar no identificado hacia Redeyef, en la frontera entre Túnez y Argelia, y debieron ser sepultados en un momento en que las algaradas de los indígenas del desierto alteraron la paz en aquellos territorios. Parece que estaban contenidos en un cántaro y unidos unos a otros por ataduras que se perdieron en el momento del descubrimiento.

A Courtois se debe el capítulo histórico-descriptivo del hallazgo (I) y el muy interesante en que saca partido de los textos para deducir, dentro del marco geográfico del país, la organización económica y social que reflejan (IV). Es el Sr. Perrat, bien conocido como paleógrafo, el que estudia en este aspecto los documentos. La parte gramatical se debe a Leschi, con la colaboración de J.-P. Miniconi (cap. II). Un amplio estudio jurídico (el III) de Saumagne se ocupa del "instrumentum", la problemática "cultura Manciana", las fórmulas, etc.

No hay que decir que los distintos es-

pecialistas incorporan cada aspecto a un amplio cuadro de conjunto y tratan monográficamente la cuestión. Índices detalladísimos permiten el mejor aprovechamiento de todo este estudio.

La publicación es un verdadero modelo y honra a la ciencia francesa. Es así como debieran publicarse y estudiarse las tabletas romanas de Hispania, que son paralelo exacto el archivo Albertini. Nos referimos a las pizarras que procedentes de la provincia de Salamanca, de Avila y tal vez de otras, están esperando su publicación y adecuado estudio. Don Manuel Gómez-Moreno les ha dedicado largas vigilias y ha publicado las primeras (véanse ahora sus "Misceláneas", p. 210 ss. y para plomos de definición ampuritanos, p. 331 ss.). Pero aun queda que hacer, y la soberbia publicación francesa es un modelo digno de imitación. En varias de las pizarras inéditas aparecen nombres germánicos y —si nos es permitido recoger palabras de Gómez Moreno— hasta la datación por los años de un rey visigodo. Se trata, pues, de algo cronológicamente y también en el aspecto paleográfico próximo a las tabletas Albertini.

Finalmente, señalemos que un documento enigmático, el último de la serie (XXXIV, lám. III), es idéntico a las numerosísimas pizarras que han aparecido en Lerilla y en otros puntos de esta provincia de Salamanca (para el último descubrimiento v. ZEPHYRVS I, p. 66). Este hallazgo plantea sobre nueva base el problema de nuestras pizarras y suministra un término de comparación sumamente interesante.—A. TOVAR.

**Hugh HENCKEN.** *Lagore Crannog: An Irish Royal Residence of the 7 th. to 10 th. Centuries A. D. Proceedings of the Irish Academy LIII Section C. No. 1, Dublin 1950, 147 págs., 117 figuras y XIX láms.*

Conocida es de todos la actividad arqueológica desplegada en Irlanda por la Harvard Archaeological Expedition la (1934-6), ahora el director de la American School of Prehistoric Research, Hugh Hencken, publica el resultado definitivo de las excavaciones realizadas en el "cran-

nog" (isla artificial) de Lagore, excavaciones sumamente instructivas, no precisamente por los objetos arqueológicos recogidos, sino por el interés que tiene la excavación de un lugar conocido por las fuentes documentales irlandesas como residencia real. Demuestra la excavación el valor complementario indispensables de la arqueología como fuente histórica.

El lugar de Lagore era conocido arqueológicamente desde 1839, y en múltiples ocasiones se habían realizado sondeos y a través del montículo que forma, se había excavado precisamente el canal de drenaje del lago. Se trata de un montículo creado artificialmente en un lago y rodeado de una fuerte empalizada de madera para convertirlo en una plaza fuerte con la misma función que los castros del occidente europeo.

El lugar es designado en los documentos con el nombre de "isla de Lagore" y citado como residencia de reyes locales entre 676 y 969, pero de hecho, la historia del lugar es bastante anterior. Estos reyes pertenecían al Clann Chernaigh Sotail y dominaban normalmente las actuales baronías de Skreen y Ratoath, y aun en momentos de apogeo la mitad de los condados de Dublín y de Meath. Los anales explican episodios pintorescos o trágicos. Liam Price (págs. 18-34), hace su historia.

La excavación llegó a establecer la existencia de tres etapas que se corresponden a los restos de tres empalizadas que lo fortificaban. La I, corresponde a la primera ocupación y se subdivide en Ia (formación artificial del suelo) y Ib o primera ocupación. Para la fecha de Ia, aunque engloba materiales más antiguos (un fragmento de sigillata tardía romana, etcétera), es fechable por los restos más modernos, pues se construye de una sola vez, hacia fines del s. VII o principios del VIII (una pieza de adorno, de oro de esta época, y una espada no anterior a la época de los vikingos). Por tanto la evidencia arqueológica sólo del s. VII en adelante, aunque hay referencia histórica quizás desde 651 (parece que el rey Diarmait utilizó Lagore).

El período Ib aparece bien fechado con hallazgos s. VII-VIII, y como éstos continúan, la separación del nivel Ib y II

debe hacerse por la historia, y así la destrucción que puso fin a Ib se correspondería con grandes probabilidades a la rebelión de Cinaedh Mac Conaing el año 850 y el fin del período II, al año 934, en que Lagore fué destruido por Olaf el Escandinavo, rey de Dublín. El fin del III y último período de ocupación del islote por los restos arqueológicos (penique de Eduardo el Viejo 901-925, etc.) puede llevarse hasta fines del s. X o comienzos del XI. Ya hemos visto cómo su recuerdo histórico termina el 969, ambas fuentes en ello coinciden completamente. El lugar no fué habitado posteriormente.

Del minucioso estudio de los hallazgos deduce Hencken el tipo de unidad económica que representa Lagore, centro de una comarca agrícola-ganadera que se basta así misma. Poseía el fuerte su propia fundición de bronce (particularmente en el período Ib) y forja de hierro (III y IIII) como también de vidrio a juzgar por los moldes y restos hallados. Las importa-

ciones eran escasas (ámbar y estaño) y en todo caso las relaciones exteriores mucho menos intensas que en la baja romanidad. La cerámica casi no se usa mientras es corriente servirse de vajilla de madera torneada.

También se observa una total independencia de la cultura vikinga a pesar de la proximidad a Lagore del reino de Olaf, en Dublín que incluso destruirá el fuerte. Sólo un fragmento de brazaletes, una dudosa punta de lanza y dos o tres peines de hueso, acusan en sus tipos influencia vikinga. Se ve que el país continuaba viviendo de su propia tradición tan fuertemente arraigada en lo cultural que lo extranjero se asimila o no influye.

En conjunto esta publicación es sumamente instructiva de la vida en un "cran-nóg" irlandés al finalizar la Edad Antigua. La rica ilustración y la exposición metodológica lo convierten en un modelo de cómo debe publicarse un yacimiento arqueológico.—J. M. de M.